

CIÊNCIAS HUMANAS

E SUAS TECNOLOGIAS

Nossa Equipe

Título da obra:

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

- Matriz de Referência de Ciências Humanas e suas Tecnologias

Autora

Jaqueline Lima

Co-Autores

Ananda veduvoto

Silvia Helena

Gestão de Conteúdos

Emanuela Amaral de Souza

Diagramação/Editoração Eletrônica

Elaine Cristina

Igor de Oliveira

Camila Lopes

Thais Regis

Produção Editorial

Suelen Domenica Pereira

Capa

Joel Ferreira dos Santos

Sumário

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS

Competência de área 1 –Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.	01
H1 –Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura	01
H2 –Analisar a produção da memória pelas sociedades humanas.....	03
H3 –Associar as manifestações culturais do presente aos seus processos históricos.....	05
H4 –Comparar pontos de vista expressos em diferentes fontes sobre determinado aspecto da cultura	08
H5 –Identificar as manifestações ou representações da diversidade do patrimônio cultural e artístico em diferentes sociedades.....	11
Competência de área 2 –Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.	17
H6 –Interpretar diferentes representações gráficas e cartográficas dos espaços geográficos.....	17
H7 –Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações.....	24
H8 –Analisar a ação dos estados nacionais no que se refere à dinâmica dos fluxos populacionais e no enfrentamento de problemas de ordem econômico-social.....	27
H9 –Comparar o significado histórico-geográfico das organizações políticas e socioeconômicas em escala local, regional ou mundial	32
H10 –Reconhecer a dinâmica da organização dos movimentos sociais e a importância da participação da coletividade na transformação da realidade histórico-geográfica.....	34
Competência de área 3 –Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.	40
H11 –Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço	40
H12 –Analisar o papel da justiça como instituição na organização das sociedades.....	45
H13 –Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder	50
H14 –Comparar diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre situação ou fatos de natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas.....	57
H15 –Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da história	63
Competência de área 4 –Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.	69
H16 –Identificar registros sobre o papel das técnicas e tecnologias na organização do trabalho e/ou da vida social.....	69
H17 –Analisar fatores que explicam o impacto das novas tecnologias no processo de territorialização da produção.....	71
H18 –Analisar diferentes processos de produção ou circulação de riquezas e suas implicações socioespaciais.....	80
H19 –Reconhecer as transformações técnicas e tecnológicas que determinam as várias formas de uso e apropriação dos espaços rural e urbano	89
H20 –Selecionar argumentos favoráveis ou contrários às modificações impostas pelas novas tecnologias à vida social e ao mundo do trabalho.....	90

Sumário

Competência de área 5 –Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade. 96

H21 –Identificar o papel dos meios de comunicação na construção da vida social	96
H22 –Analisar as lutas sociais e conquistas obtidas no que se refere às mudanças nas legislações ou nas políticas públicas	104
H23 –Analisar a importância dos valores éticos na estruturação política das sociedades.....	108
H24 –Relacionar cidadania e democracia na organização das sociedades.....	115
H25 –Identificar estratégias que promovam formas de inclusão social	119

Competência de área 6 –Compreender a sociedade e a natureza, reconhecendo suas interações no espaço em diferentes contextos históricos e geográficos. 124

H26 –Identificar em fontes diversas o processo de ocupação dos meios físicos e as relações da vida humana com a paisagem.....	124
H27 –Analisar de maneira crítica as interações da sociedade com o meio físico, levando em consideração aspectos históricos e/ou geográficos	129
H28 –Relacionar o uso das tecnologias com os impactos socioambientais em diferentes contextos histórico-geográficos.....	135
H29 –Reconhecer a função dos recursos naturais na produção do espaço geográfico, relacionando-os com as mudanças provocadas pelas ações humanas	140
H30 –Avaliar as relações entre preservação e degradação da vida no planeta nas diferentes escalas.	150

COMPETÊNCIA DE ÁREA 1 – COMPREENDER OS ELEMENTOS CULTURAIS QUE CONSTITUEM AS IDENTIDADES.

H1 – INTERPRETAR HISTORICAMENTE E/OU GEOGRAFICAMENTE FONTES DOCUMENTAIS ACERCA DE ASPECTOS DA CULTURA.

Fonte histórica, documento, registro, vestígio são termos utilizados para definir tudo aquilo produzido pela humanidade no tempo e no espaço; a herança material e imaterial deixada pelos antepassados que serve de base para a construção do conhecimento histórico. O termo mais clássico para conceituar a fonte histórica é documento. Palavra, no entanto, que está atrelada a uma gama de ideias preconcebidas, significando não apenas o registro escrito, mas principalmente o registro oficial. Vestígio é a palavra atualmente preferida pelos historiadores que defendem que a fonte histórica é mais do que o documento oficial: que os mitos, a fala, o cinema, a literatura são produtos humanos e tornam-se fontes para o conhecimento da história.

Em linhas gerais, hoje a ideia que temos acerca de fonte histórica está dividida em três categorias: fontes escritas, fontes materiais não-escritas e fontes não-materiais (ou imateriais). Para entender melhor essas três categorias, aprofundaremos essa noção de fonte histórica a partir de alguns exemplos dados aqui. Não obstante, é importante ressaltar que essas três categorias são uma escolha abrangente para tornar mais fácil a explicação, pois existem outras formas de se classificar as fontes, por exemplo: fontes visuais, fontes audiovisuais, fontes sonoras, fontes escritas, fontes impressas, fontes digitais, etc.

a) Fontes escritas:

As fontes escritas ainda são as mais comuns no estudo da História, e de certa forma as com mais clareza de entendimento, pois as fontes materiais não-escritas e as fontes imateriais cobram do historiador ou do pesquisador, um nível mais apurado de atenção e abstração, elas são mais subjetivas, pois em alguns casos é preciso ter uma capacidade de raciocínio de se enxergar além do visível, ou seja, ver para além do que esta palpável ou impalpável diante de si. Diferente da ideia de que os documentos “contam a História” ou são os “pedaços da História”, **não é o documento que se faz por si só ser uma fonte histórica, mas a validade e importância que o historiador concede a ele.**

b) Fontes materiais não-escritas:

As fontes materiais não-escritas referem-se a uma vasta gama de objetos, utensílios, ferramentas, armas, roupas, máquinas, veículos, instrumentos, construções, pinturas, esculturas, espaços artificiais e naturais, fenômenos naturais, o corpo humano, animais, plantas, alimentos, etc. Essas já vinham sendo pesquisadas desde pelo menos o período Renascentista, principalmente em referência ao trabalho dos antiquários em se estudar suas coleções de objetos em seus gabinetes de curiosidade, a fim de descobrir a história por trás deles.

Embora os materiais não-escritas tenham levado alguns estudiosos a desenvolverem novas formas de pesquisar a História e a se repensar a ideia de fonte histórica, até meados do século XX, a ideia tradicional de “documento histórico”, no sentido de documento como o texto escrito, ainda era predominante na historiografia. Com o passar dos anos os historiadores passaram a usar fontes materiais não-escritas para realizar seus trabalhos.

c) Fontes imateriais:

Basicamente define-se fonte não-material aquilo que não é tangível, aquilo que não está registrado num suporte físico (papel, pergaminho, madeira, pedra, argila, meio digital, etc.), mas que se transmite através da cultura de forma oral, corporal e simbólica. Festas, ritos, cultos, celebrações, música (aqui no sentido de melodia), dança, teatro, ofícios, história oral, costumes, hábitos, lendas, saberes, folclore, mitologia, etc., tudo que esteja relacionado à vida cotidiana de uma comunidade, de uma sociedade, que represente aspectos sociais e culturais de um povo.

Identificação, valorização e preservação do patrimônio histórico e cultural

O Patrimônio Histórico e Cultural constituído por bens materiais e imateriais impregnados de um valor simbólico para a comunidade representa a memória que foi valorizada e materializada pelos poderes constituídos ao longo do tempo. A vivência de um período histórico marcado por uma legislação democrática garante que novas perspectivas possam ser construídas em vista da rememoração de uma história mais significativa especialmente de quem e para quem historicamente foi deixado de lado. Além

disso, permite que a sociedade civil e os órgãos públicos na contemporaneidade possam desenvolver ações adequadas que fortaleçam a identificação, a valorização e a preservação da memória dos lugares e os lugares de memória, dentro desta nova perspectiva histórica.

As comunidades sempre deixam marcas no lugar onde vivem que identificam a sua história individual e coletiva materializando assim, nestes espaços, sua identidade, suas tradições e seus costumes. Nos lugares estão “as marcas do local construídas no tempo”. Neste sentido, entende-se que todos os lugares trazem sinais peculiares do modo de ver e viver da população que habita ou habitou o local.

Além dos lugares serem depositários da memória coletiva de um povo a memória coletiva de uma comunidade pode ser identificada também em objetos, festas, músicas, danças, práticas alternativas de medicina, técnicas, culinária e tantas outras representações que estão repletas de significação das mais variadas formas de vida que constituem as culturas dos povos.

Esse patrimônio, mesmo não sendo feitos de “pedra e cal” também são memórias que podem servir como ponte entre as gerações. Um objeto, por exemplo, “guarda consigo uma história que é retomada com ele” e é um testemunho que funciona “como um transmissor de história” que é reativado com as lembranças que ele traz ao indivíduo ou sociedade. Portanto, o objeto “fala sempre de um lugar, seja ele qual for, porque está ligado à experiência dos sujeitos com e no mundo, posto que ele representa uma porção significativa da paisagem vivida.

O termo patrimônio “pode ser entendido como um conjunto de bens, materiais ou não, direitos, ações, posse e tudo o mais que pertença a uma pessoa e seja suscetível de apreciação econômica”. Assim, a palavra patrimônio cultural está relacionada a um bem que pertence ao paterno, mas tão valioso que justifica sua herança. Por que alguns bens seriam considerados tão valiosos assim? Certamente porque neles está incutida a memória e a identidade de quem o deixa e de quem o herda. Desta forma ao passarem seus bens memoriais e identitários como legado a outra geração, as pessoas podem manter-se como uma representação do que as caracterizam, mantendo aberto um canal de comunicação entre elas. Neste sentido se justificaria a necessidade de sua preservação. A trajetória histórica da construção do conceito Patrimônio Cultural, no Brasil está vinculada a visão do patrimônio como um bem.

O decreto-lei que Getúlio Vargas assinou em 1937 sobre o assunto vai utilizar este vocábulo. O decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, além de criar o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), definiu que patrimônio é o “conjunto de bens móveis e imóveis de interesse público” que possuam “excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. No Brasil “A atribuição de valores aos bens segue a tradição europeia,

em que os patrimônios nacionais são constituídos a partir das categorias de história da arte”. Por consequência, os tombamentos realizados pelo IPHAN nas primeiras décadas do século XX privilegiaram os monumentos representativos da arte e da arquitetura colonial das camadas mais ricas da sociedade como fortificações militares, igrejas e conjuntos arquitetônicos. Em geral guardamos os objetos e as construções ricas da sociedade. Guardaram-se os artefatos de exceção e perderam-se os bens culturais usuais e corriqueiros do povo. Esses bens diferenciados preservados sempre podem levar a uma visão distorcida da memória coletiva, pois justamente por serem excepcionais não têm representatividade.

Esta política de proteção dos monumentos, por meio de tombamento do bem isolado, chamado de “pedra e cal”, de excepcional valor, perdurou até os anos de 1970 sendo esta visão ampliada consideravelmente, somente a partir da Constituição Federal de 1988. Consta no artigo 216 que “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.” Percebe-se que o conceito de Patrimônio Histórico Cultural definido na nova Carta Constitucional foi ampliado consideravelmente. O texto carece de regulamentação para que possa permitir “uma política pública de patrimônio que possibilite a gestão democrática”. A Educação Patrimonial poderia contribuir no sentido de provocar e ampliar a participação da comunidade na identificação, reconhecimento e preservação de seu patrimônio cultural.

O patrimônio cultural constitui uma herança histórica, deixada pelas gerações anteriores, que cabe a todos preservar para que seja transmitida às gerações vindouras. Por estabelecer uma relação de aproximação do indivíduo com o patrimônio, a Educação Patrimonial contribui para a formação de um cidadão consciente dos seus direitos e deveres, que compreenderá a importância da preservação dos bens culturais para a preservação da memória e da identidade de um povo ou nação e da necessidade da ação de proteger e escolher seus bens patrimoniais. Além de estabelecer uma relação de aproximação do indivíduo com o seu patrimônio, instigando nele, quatro atitudes: a observação e a reflexão sobre o bem cultural; a manifestação das impressões sobre o mesmo; a capacidade de pesquisa e discussão sobre os resultados e a apropriação de um novo significado do bem para cada um que participa da proposta.

H2 –ANALISAR A PRODUÇÃO DA MEMÓRIA PELAS SOCIEDADES HUMANAS.

A memória é a propriedade de conservar certas informações, propriedade que se refere a um conjunto de funções psíquicas que permite ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas, ou re-interpretadas como passadas. O estudo da memória passa da Psicologia à Neurofisiologia, com cada aspecto seu interessando a uma ciência diferente, sendo a memória social um dos meios fundamentais para se abordar os problemas do tempo e da História.

A memória está nos próprios alicerces da História, confundindo-se com o documento, com o monumento e com a oralidade. Mas só muito recentemente se tornou objeto de reflexão da historiografia. Só no fim da década de 1970 que os historiadores da Nova História começaram a trabalhar com a memória. Na Filosofia, na Sociologia, antropologia e principalmente na Psicanálise, no entanto, os estudos sobre a memória individual e coletiva já estavam avançados. Foi o fundador da Psicanálise, e um dos ícones da modernidade, Sigmund Freud, quem no século XIX iniciou amplos debates em torno da memória humana, trazendo à tona seu caráter seletivo: ou seja, o fato de que nos lembramos das coisas de forma parcial, a partir de estímulos externos, e escolhemos lembranças. Freud distinguiu a memória de um simples repositório de lembranças: para ele, nossa mente não é um museu.

Nesse aspecto, ele remete a Platão, que já na Antiguidade apresentava a memória como um bloco de cera, onde nossas lembranças são impressas. Quando os historiadores começaram a se apossar da memória como objeto da História, o principal campo a trabalhá-la foi a História Oral. Nessa área, muitos estudiosos têm-se preocupado em perceber as formas da memória e como esta age sobre nossa compreensão do passado e do presente. Há inclusive uma nítida distinção entre memória coletiva e memória histórica: pois enquanto existe, segundo ele, uma História, existem muitas memórias.

Existe uma memória individual que é aquela guardada por um indivíduo e se refere as suas próprias vivências e experiências, mas que contém também aspectos da memória do grupo social onde ele se formou, isto é, onde esse indivíduo foi socializado. Há também aquilo que denominamos de memória coletiva que é aquela formada pelos fatos e aspectos julgados relevantes e que são guardados como memória oficial da sociedade mais ampla. Ela geralmente se expressa naquilo que chamamos de lugares da memória que são os monumentos, hinos oficiais, quadros e obras literárias e artísticas que expressam a versão consolidada de um passado coletivo de uma dada sociedade.

Como contrapartida, ou outro lado da moeda, existem as memórias subterrâneas ou marginais que correspondem a versões sobre o passado dos grupos dominados de uma dada sociedade. Estas memórias geralmente não estão monumentalizadas e nem gravadas em suportes concretos como textos, obras de arte e só se expressam quando conflitos sociais as evocam ou quando os pesquisadores que se utilizam do método biográfico ou da história oral criam as condições para que elas emergam e possam então ser registradas, analisadas e passem então a fazer parte da memória coletiva de uma dada sociedade. Elas geralmente se encontram muito bem guardadas no âmago de famílias ou grupos sociais dominados nos quais são cuidadosamente passados de geração a geração.

A forma de maior interesse para o historiador é a memória coletiva, composta pelas lembranças vividas pelo indivíduo ou que lhe foram repassadas, mas que não lhe pertencem somente, e são entendidas como propriedade de uma comunidade, um grupo. O estudo histórico da memória coletiva começou a se desenvolver com a investigação oral. Esse tipo de memória tem algumas características bem específicas: primeiro gira em torno quase sempre de lembranças do cotidiano do grupo, como enchenfes, boas safras ou safras ruins, quase nunca fazendo referências a acontecimentos históricos valorizados pela historiografia, e tende a idealizar o passado. Em segundo lugar, a memória coletiva fundamenta a própria identidade do grupo ou comunidade, mas normalmente tende a se apegar a um acontecimento considerado fundador, simplificando todo o restante do passado. Por outro lado, ela também simplifica a noção de tempo, fazendo apenas grandes diferenciações entre o presente ("nossos dias") e o passado ("antigamente": por exemplo). Além disso, mais do que em datas, a memória coletiva se baseia em imagens e paisagens. O próprio esquecimento é também um aspecto relevante para a compreensão da memória de grupos e comunidades, pois muitas vezes é voluntário, indicando a vontade do grupo de ocultar determinados fatos. Assim, a memória coletiva reelabora constantemente os fatos.

Nas sociedades sem escrita a atitude de lembrar é constante, e a memória coletiva confunde História e mito. Tais sociedades possuem especialistas em memória que têm o importante papel de manter a coesão do grupo. Um exemplo pode ser visto nos griots da África Ocidental, cidadãos de países como Gâmbia, por exemplo. Os griots são especialistas responsáveis pela memória coletiva de suas tribos e co-

munidades. Eles conhecem as crônicas de seu passado, sendo capazes de narrar fatos por até três dias sem se repetir. Quando os griots recitam a história ancestral de seu clã, a comunidade escuta com formalidade. Para datar os casamentos, o nascimento de filhos etc., os griots interligam esses fatos a acontecimentos como uma enchente. Tais mestres da narrativa são exemplos de como a tradição oral e a memória podem ser enriquecedoras para a História: ambas são vivas, emotivas e, segundo o africanista Ki-Zerbo, um museu vivo.

Esses especialistas em memória das sociedades sem escrita, todavia, não decoram palavra por palavra. Pelo contrário, nessas sociedades a memória tem liberdade e possibilidades criativas, e é sempre reconstruída. A escrita por sua vez, transforma fundamentalmente a memória coletiva. No Ocidente, seu surgimento possibilitou o registro da História por meio de documentos. Para Leroi-Gouham, a memória escrita ganhou tal volume no século XIX que era impossível pedir que a memória individual recebesse esse conteúdo das bibliotecas. O que levou, no século XX, a uma revolução da memória, da qual fez parte a criação da memória eletrônica.

Na sociedade ocidental atual, o ritmo acelerado do trabalho urbano somado a facilidade e rapidez dos meios de comunicação (criadas pelos constantes avanços tecnológicos) colocam o homem comum frente a uma quantidade avassaladora de informações. Tais fatos criam para o homem contemporâneo quase a obrigação de consumir a informação de forma acrítica, sem maior cuidado seletivo, perdendo-se portanto uma das mais importantes funções da memória humana – a capacidade seletiva – que é o PODER de escolher aquilo que deve ser preservado, como lembrança importante e aqueles fatos e vivências que podem e devem ser descartados. A perda do exercício desse poder de seleção nas sociedades atuais constitui o fator fundamental para a formação do que os profissionais da informação chamam de sociedades do esquecimento.

É verdade, nós não nos lembramos de tudo o que aconteceu ou que nos foi ensinado ao longo de nossa vida. Descartamos a maioria das experiências vivenciadas e só retemos aquelas que possuem significado, isto é, são funcionais para nossa existência futura. Hoje, nessa virada de século que vivenciamos, acompanhando um movimento geral da sociedade ocidental, tem se explicitado uma forte necessidade de lembrar. Quando a outra face da moeda dos processos de mundialização. Quando se vive de maneira tão acelerada a ponto de sermos impedidos até de “sentir o tempo passar”, como se diz popularmente, projetos envolvendo a memória possibilita aos participantes dos mesmos, habitar esse tempo e vivê-lo plenamente, numa relação que pode ser criativa e transformadora.

Assim, como vimos, a memória pode ser, ao mesmo tempo, subjetiva ou individual, porque se refere a experiências únicas vivenciadas ao nível do indivíduo, mas também social porque é coletiva, pois se baseia na cultura de um agrupamento social e em códigos que são aprendidos nos processos de socialização que se dão no âmago da sociedade.

H3 – ASSOCIAR AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DO PRESENTE AOS SEUS PROCESSOS HISTÓRICOS.

Ao conceito de cultura, podemos dizer que este é polissêmico e dinâmico e é um conceito social e histórico. Reflete o pensamento de grupos que se articulam com a sociedade num processo de compreensão e organização da mesma. O próprio conceito de cultura é uma construção cultural de significação e resignificação constante.

As pesquisas realizadas em ciências humanas e sociais têm a cultura como uma de suas referências. O conceito de cultura constitui base na forma como o pesquisador irá ver e compreender o grupo ou a sociedade que pretende investigar. Para se estudar o homem e sua organização social, para compreender as formas de ser e agir deste homem em sociedade é necessário definir o tipo de lente com a qual o observaremos que conceito de cultura constitui ou constituirá nosso entendimento e conseqüentemente a nossa forma de fazer pesquisa. Estes entendimentos configuram também à forma como as pessoas, em nosso caso o professor e os alunos darão sentido às ações desenvolvidas em ambiente escolar.

A vida social não é, simplesmente, uma questão de objetos e fatos que ocorrem como fenômenos de um mundo natural: ela é, também, uma questão de ações e expressões significativas, de manifestações verbais, símbolos, textos e artefatos de vários tipos, e de sujeitos que se expressam através desses artefatos e que procuram entender a si mesmos e aos outros pela interpretação das expressões que produzem e recebem.

A concepção de cultura, como um campo de significados no qual determinado grupo social compreende o mundo, se organiza e se comunica é uma entre as várias concepções que co-existem atualmente.

O determinismo biológico e geográfico até início do século XX eram as duas correntes teóricas que acreditavam que tanto as diferenças genéticas quanto as diferenças do meio ambiente eram determinantes das diferenças culturais. A diversidade cultural era explicada baseada principalmente nas ciências naturais, onde as formas de ser e agir de cada indivíduo estariam condicionadas ao seu aparato biológico, portanto inatas, e as influências preponderantes do clima, altitude, latitude, do ambiente físico sobre o indivíduo. Através de estudos estas concepções foram mais tarde refutadas por alguns antropólogos, pois, os comportamentos são aprendidos, transmitidos de alguém para alguém pela educação; e o homem não interage passivamente com a natureza, submetendo-se a todo instante.

As diferenças existentes entre os homens, portanto, não podem ser explicadas em termos das limitações que lhes são impostas pelo seu aparato biológico ou pelo seu meio ambiente. A grande qualidade da espécie humana foi a de romper com suas próprias limitações: um animal frágil, provido de insignificante força física, dominou toda a natureza e se transformou no mais temível dos predadores. Isto porque difere dos outros animais por ser o único que possui cultura.

Cultura agregado ao de civilização, rompendo até então com as concepções deterministas. Para este etnólogo cultura e civilização são o todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade.

Este conceito, que há muitos anos já vinha sendo gestado, caracterizou um marco na compreensão de cultura e nos estudos derivados dela. Cunhado como neutro possibilitaria se pensar toda a humanidade e que as diferenças culturais seriam os níveis a qual se encontrariam as sociedades e o homem no processo de evolução. Nesta perspectiva a cultura se opunha a natureza, onde num processo de evolução as sociedades eram caracterizadas como selvagens, bárbaras e civilizadas.

Por um lado, a uniformidade que tão largamente permeia entre as civilizações pode ser atribuída, em grande parte, a uma uniformidade de ação de causas uniformes, enquanto, por outro lado, seus vários graus podem ser considerados como estágios de desenvolvimento ou evolução.

Esta perspectiva preocupada com a igualdade existente na humanidade, entendendo-a como tendo a mesma origem e, portanto o mesmo destino traçou uma linha de evolução linear única das sociedades. Dos povos menos desenvolvidos, selvagens, aos mais desenvolvidos, os civilizados que naquele momento eram os europeus.

Nesta perspectiva os estudos realizados preocupavam-se em descobrir ou calcular em qual estágio de evolução determinada sociedade se encontraria. Através da avaliação de alguns itens culturais, tais como religião, família, trabalho, governo, arquitetura e outros, os pesquisadores classificavam as sociedades. Destaca-se que os pesquisadores neste período dispensavam a sua ida a campo, realizavam suas análises sem ter contato direto com tais sociedades, sendo chamados posteriormente de etnógrafos de escritório.

Cultura está associada ao modo de vida, sendo ela o sistema simbólico que regula a forma de viver de determinado grupo de indivíduos. A cultura é condição essencial para a existência humana, pois organiza e controla os nossos comportamentos.

Nesta concepção, os estudos sobre a cultura não estariam preocupados em descobrir leis, em atribuir causas aos acontecimentos sociais, aos comportamentos ou aos processos, mas sim em “ler” o texto, em interpretar a cultura e descrevê-la, à procura dos significados.

A cultura consiste em estruturas de significado socialmente estabelecida” e estes significados se fazem através do comportamento humano que é visto como ação simbólica, uma ação que significa. O trabalho, tanto de pesquisa quanto de intervenção, nesta perspectiva deve considerar a estrutura de significados que estão presentes em relação ao seu contexto. “O que devemos indagar [nas ações e comportamentos] é qual a sua importância: o que está sendo transmitido com sua ocorrência e através de sua agência, seja ela um ridículo ou um desafio, uma ironia ou uma zanga, um deboche ou um orgulho” Desta forma, a cultura pode ser vista como um texto possível de ser lido, interpretado. Compreendida como um código, como um sistema de comunicação, seu caráter dinâmico é percebido pelas interpretações, significados, símbolos diante uma realidade permanentemente em mudanças ao mesmo tempo em que extremamente rica em sua diversidade.

O trabalho de interpretação da cultura consiste em uma descrição densa, pois perante uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplícitas, e que ele o pesquisador tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar. É como tentar ler (no sentido de ‘construir uma leitura de’) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado.

As análises da cultura são registros de segunda ordem que revelam a interpretação que o pesquisador faz de determinado grupo social que se expressa e se interpreta dentro deste grupo - contexto.

Nestas interpretações entramos em emaranhadas camadas de significados, descrevendo e redescrevendo ações e expressões que são já significativas para os próprios indivíduos que estão produzindo, percebendo e interpretando essas ações e expressões no curso de sua vida diária.

Algumas concepções podem ser identificadas nas falas e nas ações educativas, pois sendo simbólicas carregam e transmitem determinados significados.

As manifestações culturais em suas múltiplas dimensões são transmitidas, na maioria das vezes, via oralidade, recriadas coletivamente e modificadas ao longo do tempo. Transmitidas de geração em geração e, constantemente, reelaboradas pelas comunidades e/ou grupos sociais em função das teias de sentidos e significados a ela atribuídas, de sua interação com a história dos atores sociais, gerando um sentimento de pertencimento contribuindo, assim, para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Cultura é um conjunto diverso, múltiplo de maneira de produzir sentido, uma infinidade de formas de ser, de viver, de pensar, de sentir, de falar, de produzir e expressar saberes, não existindo, por conta disto, uma só cultura ou culturas mais ricas ou evoluídas que outras tampouco, gente ou povos sem cultura. Recusar portanto o etnocentrismo, está tendência de valorizarmos unicamente nossa maneira de ser e viver, enfim nossa cultura, é reorientar nosso olhar primeiramente em direção a uma vocação mais multicultural, no interior do qual possamos jamais perder de vista que as culturas humanas são diferentes, mais nunca desiguais. São qualidades diversas de uma mesma experiência humana, mas qualquer hierarquia que as qualifique é indevida.

Dessa maneira precisamos compreender as representações sociais, inseridas no universo do imaginário social. Para tanto, As identidades nacionais não são nem genéticas nem hereditárias, ao contrário, são formadas e transformadas no interior de uma representação. Uma nação é, nesse processo formador de uma identidade, uma comunidade simbólica em um sistema de representação cultural. E a cultura nacional é um discurso, ou modo de construir sentidos que influenciam e organizam tanto as ações quanto às concepções que temos de nós mesmos.

Não é ocioso lembrar que tais identidades, estão embutidas em nossa língua e em nossos sistemas culturais, mas estão longe de uma homogeneidade que já não perseguimos; ao contrário, estão influenciadas (as identidades) pelas nossas diferenças étnicas, pelas desigualdades sociais e regionais, pelos desenvolvimentos históricos diferenciados, naquilo que denominamos ‘unidade na diversidade. Como todas as nações, mas bem mais do que a maioria delas, somos híbridos culturais e vemos esse processo como um fator de potencialização de nossas faculdades criativas.

A riqueza das significações presentes nas práticas de nossa Cultura Popular nos permite olhar para o passado dentro de sua dinamicidade, a fim de tentar compreender a função que estas manifestações exercem não só no imaginário popular como também no próprio cotidiano de um dado grupo social que estão mais diretamente vinculadas a construção/reconstrução da identidade cultural dos sujeitos sociais impactando em suas relações sociais, na família, na escola e nos mais diversos espaços de vivência dos atores sociais.

As manifestações culturais são as práticas que cimentam o formato dado ao nosso patrimônio cultural representando e expressando o redirecionamento de conhecimentos e técnicas que dão sentido a vida dos sujeitos sociais e lhes permitem ver e ler o mundo de acordo com as experiências compartilhadas individualmente e coletivamente. Sabemos que a Cultura está muito associada à identidade dos grupos sociais. A conexão Cultura e identidade podem funcionar positivamente como disparador de construções de conhecimentos que balizem a efetivação de práticas educativas revigoradoras do currículo escolar nas suas mais diversas perspectivas.

Através da cultura popular é possível um novo reinventar social e educacional por serem cercadas de conhecimentos, práticas, saberes, tecnologias, maneiras de pensar e de fazer, de viver e humanizar.

Durante a nossa infância aprendemos a vivenciar o calendário cultural das festas cíclicas, logo após, perdemos esse contexto onde passamos a ser guiados pelo calendário televisivo. Assim os fatores que interferem na importância da valorização da cultura popular para o desenvolvimento local são: Interferência da mídia; Tecnologia da informação (celular, internet, jogos eletrônicos); Valorização dos produtos estrangeiros; Papel da escola no ensino médio em relação à cultura popular, ou seja, falta de uma disciplina sobre cultura popular; Falta de projetos de políticas culturais.

H4 – COMPARAR PONTOS DE VISTA EXPRESSOS EM DIFERENTES FONTES SOBRE DETERMINADO ASPECTO DA CULTURA.

Sabemos que a palavra cultura é de origem latina. Deriva do verbo colere (cultivar ou instruir) e do substantivo cultus (cultivo, instrução). Etimologicamente tem muito a ver com o ambiente agrário, com o costume de trabalhar a terra para que ela possa produzir e dar frutos. Ainda hoje se costuma usar a palavra cultura para designar o desenvolvimento da pessoa humana por meio da educação e da instrução. Disso vêm os termos culto e inculto, usados no jargão popular com uma carga de preconceito e de discriminação, considerando uma cultura (especialmente a letrada) superior às outras. Porém, não existem grupos humanos sem cultura e não existe um só indivíduo que não seja portador de cultura.

A cultura não é uma herança genética, mas o resultado da inserção do ser humano em determinados contextos sociais. É a adaptação da pessoa aos diferentes ambientes pelos quais passa e vive. Através da cultura o ser humano é capaz de vencer obstáculos, superar situações complicadas e modificar o seu habitat, embora tal modificação nem sempre seja a mais favorável para a humanidade, como podemos perceber atualmente. Desse modo a cultura pode ser definida como algo adquirido, aprendido e também acumulativo, resultante da experiência de várias gerações. Porém, enquanto aprendiz o ser humano pode sempre criar, inventar, mudar. Ele não é um simples receptor, mas também um criador de cultura. Por isso a cultura está sempre em processo de mudança. Em muitos casos pode até ser modificada com muita rapidez e violência, dependendo dos processos a que for submetida. Desta forma o ser humano não é somente o produto da cultura, mas, igualmente, produtor de cultura.

Elementos da cultura

Percebe-se então que existem vários elementos de cultura. As ideias que são os conhecimentos, os saberes e as filosofias de vida. A crença que consiste em tudo aquilo que se crê ou se acredita em comum. Os valores, ou seja, a ideologia e a moral que determinam o que é bom e o que é ruim. As normas que englobam tanto as leis, os códigos, como os costumes, aquilo que se faz por tradição. As atitudes ou comportamentos, isto é, maneiras de cultivar os relacionamentos com as pessoas do mesmo grupo e com aquelas que pertencem a grupos diferentes. A abstração do comportamento, a qual consiste nos símbolos e nos compromissos coletivos. As instituições

que funcionam como uma espécie de controle dos comportamentos, indicando valores, normas e crenças. As técnicas ou artes e habilidades desenvolvidas coletivamente. Os artefatos que são os instrumentos e utensílios usados para aperfeiçoar as técnicas e os modos de vida.

Podemos então afirmar que a essência da cultura está basicamente em três elementos: as ideias, as abstrações e os comportamentos. As ideias são concepções mentais das coisas concretas ou abstratas. As abstrações são a capacidade de contemplar as ideias e traduzi-las em sinais e símbolos. Os comportamentos são os modos de agir dos grupos humanos, a partir das ideias e das abstrações. Portanto, é possível concluir que a cultura consiste em uma série de coisas reais que podem ser observáveis, ser examinadas num contexto extra-somático. Enquanto coisas reais e observáveis, a cultura pode ser classificada em três tipos: 1) material, quando ela é formada por coisas ou objetos materiais, desde os machados de pedra das antigas civilizações até os moderníssimos computadores; 2) imaterial também chamada de não material ou espiritual, quando não tem substância material, mas, assim mesmo, é algo real, como no caso das crenças, dos hábitos e dos valores; 3) cultura ideal, aquela que é apresentada verbalmente como sendo a perfeita para um determinado grupo, mas que nem sempre é praticada. Pode-se tomar como exemplo disso a cultura religiosa, a qual nem sempre é assumida integralmente pelos que se dizem adeptos dela.

Normalmente numa cultura os conhecimentos são mais de ordem prática, ligados à questão da sobrevivência. Todavia o conhecimento engloba também a organização social, as estruturas sociais, os costumes, as crenças, bem como as técnicas de trabalho e os conhecimentos acadêmicos. Por crença entende-se a aceitação como verdadeira de uma proposição comprovada ou não cientificamente. Consiste em uma atitude mental do indivíduo, que serve de base à ação voluntária. Embora intelectual, possui conotação emocional. As crenças são representações coletivas que definem a natureza das coisas sagradas e profanas.

Os antropólogos costumam classificar as crenças em três categorias: a) pessoais, isto é, aquelas que são aceitas por cada indivíduo, independentemente das crenças do seu grupo; é o caso da crença no caçapora; b) declaradas, ou seja, aquelas que são aceitas, pelo menos em público, com a finalidade

apenas de evitar constrangimentos; no Brasil poderia ser exemplo disso a crença na igualdade entre as pessoas, especialmente entre homem e mulher; c) públicas são aquelas crenças aceitas e declaradas como crenças comuns. Exemplo disso é a crença na ressurreição por parte dos cristãos e na reencarnação por parte dos espíritas. Existem antropólogos que falam de crenças científicas (que podem ser comprovadas), supersticiosas (fruto do medo) e extravagantes (quando fogem do comum e do que é considerado normal, como é o caso da crença de que pode acontecer alguma coisa numa sexta-feira, dia 13 do mês). Há ainda os que classificam as crenças em benéficas e maléficas.

Dentro da cultura os valores são muito importantes. Eles são definidos pelos antropólogos como sendo objetos e situações consideradas boas, desejáveis, apropriadas, importantes, ou seja, para indicar riqueza, prestígio, poder, crenças, instituições, objetos materiais etc. Além de expressar sentimentos, o valor incentiva e orienta o comportamento humano. Já as normas são definidas como regras que indicam os modos de agir dos indivíduos em determinadas situações. De um modo geral consistem num conjunto de ideias, de convenções referentes àquilo que é próprio do pensar, sentir e agir em dadas situações. As normas podem ser ideais (aquelas que os membros do grupo devem praticar) e comportamentais que são aquelas reais, pelas quais, em determinadas situações, os indivíduos fogem das ideais. Exemplos disso são as normas de trânsito. Outro elemento importante para a cultura é o símbolo. Símbolos são realidades físicas ou sensoriais às quais os indivíduos que os utilizam lhes atribuem valores ou significados específicos. Normalmente os símbolos costumam representar coisas concretas ou também abstratas.

Estrutura da cultura e níveis de participação

Toda cultura possui uma estrutura. Normalmente ela se estrutura a partir de seis aspectos. O primeiro deles é o traço cultural, considerado o menor elemento da cultura (a feijoada, o sotaque etc.), mas que já permite a sua descrição. Os traços podem ser materiais ou não. Um segundo aspecto é formado pelos complexos culturais que são o conjunto de diversos traços ou características de uma cultura, formando o seu todo funcional (as diversas características de uma região brasileira). Em terceiro lugar podemos mencionar os padrões culturais que são as coincidências individuais de conduta manifestas por um grupo social. Em quarto lugar aparecem as configurações culturais, ou seja, a integração dos outros três elementos, a ponto de dar unidade à cultura, de modo que essa possa ser identificada a partir disso. Pense-se, por exemplo, na configuração cultural do povo mineiro. Em quinto lugar estão as áreas culturais, que são os territórios geográficos onde estão localizadas as culturas. As áreas culturais podem ser diferentes das áreas geográficas. Pense-se na área cultural do Nordeste que pode inclusive estar locali-

zada também em São Paulo e no Rio de Janeiro. Por fim temos a subcultura que pode ser definida como algo que gera uma variação da cultura (um grupo cultural menor dentro da cultura maior). É o caso, por exemplo, da cultura japonesa dentro da cultura paulistana. Por essa razão o termo subcultura não pode e nem deve ter conotação pejorativa ou negativa.

Isso já nos revela que o nível de participação dos indivíduos numa determinada cultura é bastante variável. Existem quatro níveis: 1) universal, quando os padrões culturais são seguidos pela maioria absoluta da cultura (respeito pelos idosos); 2) especial, quando certas normas são praticadas apenas por algum grupo ou alguns grupos de pessoas da cultura maior (cultura católica dentro da cultura brasileira); 3) alternativo, quando certos padrões são quebrados e seguidos apenas por um número limitado de pessoas numa determinada cultura (cultura dos grafiteiros); 4) da peculiaridade individual, que consiste nas características pessoais dos indivíduos que compõem o grupo cultural.

Qualidades da cultura e processos culturais

Disso resultam as qualidades da cultura e os processos culturais. As qualidades da cultura podem ser entendidas como aqueles modos de vida, ou seja, as formas pelas quais as culturas se manifestam. Uma primeira qualidade é a social, isto é, a cultura aprendida, acumulada e transmitida pelo grupo social. A segunda é a seletiva, ou seja, aquela que se refere ao que cada cultura escolhe ou postula como básico para a sua sobrevivência (exemplo: o forró e a festa do São João no Nordeste). Uma terceira qualidade é chamada de explícita ou manifesta e se dá quando uma cultura é exteriorizada através de ações ou movimentos (o caso do carnaval brasileiro). Por fim a qualidade implícita ou não manifesta, que é aquela que se encontra na mente, no íntimo, das pessoas do grupo cultural (crenças, valores etc.).

Disso tudo resultam os processos culturais, os quais são maneiras, conscientes ou inconscientes, através das quais os grupos sociais se organizam e se comportam. Por meio dos processos culturais as culturas realizam mudanças significativas seja assimilando novos traços, seja abandonando outros. Um primeiro tipo de processo cultural é a mudança cultural, a qual consiste na realização de alterações na cultura, a partir de descobertas, invenções, empréstimos, abandonos, substituições, perda etc. Um segundo elemento do processo é a difusão cultural, ou seja, a propagação de elementos culturais por imitação, estímulo ou imposição. O terceiro tipo de processo cultural é a aculturação, isto é, a fusão de duas ou mais culturas diferentes, desde o contato entre elas até o surgimento de uma nova cultura. Foi o que aconteceu no Brasil com as diferentes culturas. O quarto processo cultural é a endoculturação que é a forma de estruturação que condiciona o comportamento da conduta e dá estabilidade à cultura. Por meio da endoculturação se dá a transmissão da cultura.

A relação entre indivíduo e cultura

A pessoa "adquire as crenças, o comportamento, os modos de vida da sociedade a que pertence". Porém nenhum indivíduo aprende toda a cultura, mas está condicionado a certos aspectos particulares da transmissão de seu grupo. Embora haja por parte do grupo cultural certo controle sobre os comportamentos das pessoas, nenhum ser humano se deixa condicionar totalmente pelas imposições de sua cultura. Isso nos permite falar da relação entre cultura e personalidade.

Sabemos que a pessoa só se humaniza se interagir com os demais seres humanos. É a sociedade que, normalmente, estimula a pessoa a desenvolver suas potencialidades. Além disso, a elaboração da cultura supõe uma interação entre o indivíduo, a sociedade e o ambiente onde ele vive. Normalmente o ser humano tem o seu comportamento modelado pela sua cultura, a qual é geradora de personalidades. O processo de enculturação, de educação e de socialização é o responsável pela produção das personalidades. Por meio dele o sujeito interioriza a sua cultura e molda a sua personalidade.

Acontece, porém, que a enculturação não é a aceitação compulsória e passiva do comportamento ditado pela sociedade. Os indivíduos se ajustam à cultura de modos variados e diferentes, segundo seus interesses. Mesmo porque a configuração aos padrões culturais depende da personalidade de cada indivíduo, dada a diferença de temperamentos e aos aspectos psicológicos de cada um. É certo que tanto a sociedade como os seus indivíduos não podem viver sem cultura, uma vez que essa é a sua identidade, a maneira própria de ser das pessoas e dos grupos sociais. Todavia a assimilação da cultura depende de vários fatores, desde aqueles genéticos até aqueles ambientais

Hoje temos condições de saber que a formação da personalidade humana depende de vários fatores. Antes de tudo o fator da homeostase, isto é, do equilíbrio entre corpo e mente, o qual, por sua vez, depende de tantos outros fatores. Depois o fator sociocultural, o qual consiste naquela ação da cultura que tenta padronizar as personalidades, regulando os seus comportamentos, tentando criar uma personalidade coletiva. Por fim o fator ambiental, o qual consiste na influência de elementos externos, como, por exemplo, o clima, a alimentação, a localização geográfica etc.

Podemos então concluir que há uma influência decisiva da cultura, do ambiente e do elemento biológico na formação da personalidade humana. Mas não se pode falar de um biologismo, de um culturalismo exclusivo e de um determinismo ambiental. Não podemos ter posições deterministas e querer construir este-reótipos a partir disso. O ser humano é sempre capaz de surpreender e inventar.

H5 – IDENTIFICAR AS MANIFESTAÇÕES OU REPRESENTAÇÕES DA DIVERSIDADE DO PATRIMÔNIO CULTURAL E ARTÍSTICO EM DIFERENTES SOCIEDADES.

O termo patrimônio, tradicionalmente, possui conotação de herança paterna, característica da transmissão da carga hereditária de um grupo social a suas gerações futuras. Os bens, a terra, os animais, os objetos de uso comum são passados de pai para filho, de grupo para grupo ao longo dos anos, de forma que não possam ser perdidos, extintos ou destruídos. Logo, para a tradição, patrimônio decorre da apropriação privada dos bens.

Isto por si só não esgota, porém, todas as dimensões que o conceito de patrimônio evoca. Ao longo da história, a concepção de patrimônio adquiriu novos elementos e vinculou-se de forma interessante à ideia de nação e cultura. Tal conexão ocorreu a partir do momento em que se passou a trabalhar com a noção de herança nacional, com a formação de grupos mais organizados social e politicamente e, efetivamente, com o surgimento dos Estados-nações. A transmissão dos produtos nacionais às gerações futuras era e é essencial à ideia de uma nação, vez que a continuidade de todo grupo social exigia (e exige) a passagem de bens e práticas (culturais) consideradas herança daquele grupo. Buscava-se, pois, a partir de uma identificação tradicional, proveniente da atribuição de valores a determinados aspectos culturais, o nascimento de um sentimento de nacionalismo capaz de legitimar a formação dos Estados, de modo que as pessoas se sentissem unidas em face de um ideal comum: pertencer a uma nação. E isso deu ao Estado a legitimidade necessária à sua estruturação e organização como poder superior, gestor dos interesses e bens da nação.

Ademais, houve outro fator fundamental: a destruição de monumentos e objetos de arte antigos fez com que o Estado se preocupasse com a preservação de bens tidos como históricos e artísticos que contavam a história nacional.

A noção de patrimônio cultural cumpriu, à época, algumas funções simbólicas: reforçar a ideia de cidadania, visto que os bens tradicionais são tratados como nacionais, de interesse da população e sujeitos à gestão estatal; objetivar e tornar visível a nova nação a partir da identificação de bens representativos; gerar provas materiais das versões oficiais da história nacional, por meio dos bens patrimoniais documentados; e educar novos cidadãos através da conservação desses bens.

A ideia de patrimônio cultural pressupõe a existência de um valor, a ele atribuído como justificativa da sua importância. Cria-se um universo simbólico característico aos patrimônios culturais, onde o valor nacional é o seu cerne. Esses bens viriam objetivar, conferir realidade e também legitimar essa comunidade imaginada. A comunidade imaginada é a ideia de nação pregada pela sociedade ocidental do século XVIII, na qual as pessoas se identificam através dos bens culturais.

Apesar de os estudos reportarem ao século XVIII, essa noção possui caráter milenar e já existia em sociedades tribais como elemento fundamental à vida social. Na Idade Média, por exemplo, a aristocracia preocupava-se com a transmissão hereditária de bens e construções; a Igreja tratava de resguardar os objetos que apresentavam caráter religioso, que fossem evadidos de valores cristãos. No Renascimento, surgiu a devoção ao belo, antigo, rico e os monumentos eram tratados como relíquias sagradas. Contudo, a modernidade ocidental, valendo-se dessa categoria preexistente, estabeleceu contornos semânticos específicos que formaram a ideia abordada.

Destarte, as bases valorativas nas quais se fundamenta a noção de patrimônio cultural provêm da concepção material de valorização da cultura do mundo ocidental. Por outro lado, no mundo oriental, os objetos concretos não eram (e não são) enxergados como únicos e essenciais à construção cultural, não se configurando como principais depositários da tradição cultural. Procurava-se (e procura-se) entender o patrimônio cultural essencialmente como o processo de conhecimento e interação sociais, comuns às pessoas do grupo social, enxergando os aspectos materiais como consequências dessa construção cultural objeto de valorização e preservação. Sob o olhar do mundo ocidental, inclusive, a tradição é marca de reconhecimento dos grupos orientais.

Importante ressaltar que a terminologia utilizada pelos ocidentais sempre foi a de “patrimônio histórico e artístico”, reflexo dos principais valores em que se fundava esse conceito, visto que tais dimensões são tidas como eixo para a legitimação da ideia de nação. Além desses aspectos, nitidamente materialistas, a construção da noção de patrimônio cultural fundou-se em bases culturais eurocêntricas, típicas de manifestações eruditas e consideradas civilizadas. As culturas não ocidentais, não europeias e não civilizadas foram “esquecidas” pelo conceito de patrimônio cultural, vez que não eram consideradas merecedoras de tutela.

A ampliação do conceito de patrimônio cultural

A noção tradicional de patrimônio cultural, entretanto, não figurou estaque até os dias de hoje. Ao longo da história, ela adquiriu novas acepções, vivenciou a transformação de valores simbólicos essenciais à categoria de pensamento, e a incorporação de outras dimensões, além da histórica e artística.

Fruto de processos culturais, patrimônio cultural não é imutável, já que a produção humana é reflexo das relações das pessoas com o meio ambiente particular que as envolve, assim como da interação entre elas próprias. Relações e interações são processos dinâmicos, transformáveis e fundados na diversidade. Nesse sentido, não há patrimônio único, ou patrimônio eterno, ou mesmo formado de requisitos pré-definidos, e que possui características determinadas. Falar em processo é falar em construção, em criação, interação, relação, conceitos esses extremamente conflituosos.

A modernidade demorou, mas acabou por admitir que o patrimônio cultural de um grupo social é bastante diverso e sofre mudanças constantemente. Sua amplitude evidencia-se quando se entende que ele compreende os processos da vida humana. São as manifestações do ser humano em suas projeções de vida cotidiana: criações musicais coletivas, objetos de uma época que se tornaram típicos, edificações arquitetônicas componentes de uma cidade, pinturas e poesias, crenças e festas, costumes, inventos tecnológicos, etc.

laboral -, de raça - negros, orientais, latino-americanos e estrangeiros, em geral, são explorados, tratados sem os mesmos direitos dos brancos, ocidentais, estadunidenses, europeus -, e de gênero, sob a desculpa de que o homem culto é mais evoluído. Nada mais segregador do que uma concepção baseada nesses moldes.

Pode-se, e deve-se, afirmar que não há pessoa sem cultura, da mesma maneira que não existem subculturas (em seu sentido pejorativo), nem cultura mais importante que outra, ou meios mais propícios à cultura, ou mesmo ser humano mais produtor de cultura. Não há que se admitir classificação e hierarquização dos diferentes modos de vida. Prevalece a isonomia entre processos culturais, independentemente do seu conteúdo, da forma e da origem.

Nesse sentido, a partir de estudos antropológicos, debruçados sobre a diversidade humana e sobre suas manifestações desde as mais conhecidas às mais particulares, buscou-se a elaboração do conceito de cultura. Cultura é, pois, para muitos antropólogos, toda e qualquer manifestação humana, independentemente da sua origem – branca, negra, indígena, asiática, ocidental ou oriental - e do seu conteúdo – erudito ou popular. O aprimoramento dessa concepção a partir da observação dos processos sociais cotidianos, reflexos da interação entre passado e presente, permitiu entender-se os diferentes modos de expressão cultural.

As dimensões do patrimônio cultural e suas conexões

O ser humano interage com o meio e com outros seres humanos, produzindo um vasto processo cultural, seja por meio de conhecimentos tradicionais de modo de vida (como modos de fazer instrumentos musicais, receitas gastronômicas, medicamentos naturais, etc.), seja através de conhecimentos técnicos específicos – genéticos, tecnológicos, arquitetônicos, etc. – ou de expressões orais, danças, músicas, técnicas de criação, costumes. Nesse sentido, o patrimônio cultural apresenta-se nas mais diversas formas e o que se vê é uma gama de dimensões antes não entendidas nem abarcadas pela noção tradicional.

O redirecionamento das preocupações mundiais foi fator importante para que o mundo enxergasse novos patrimônios e se desprendesse do reducionismo artístico e histórico. As convenções e os tratados internacionais refletem o despertar para o dinamismo inerente às manifestações culturais: Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, ambas aprovadas pela UNESCO respectivamente em 1972 e 1989, Convenção de Diversidade Biológica, assinada durante a ECO 92, Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, de 2001, e Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003, todas elas são importantes na contextualização acerca da nova concepção de patrimônio cultural.

Uma nova concepção de cultura

A expressão cultura foi e é muito usada como significado de sofisticação, educação (em seu sentido restrito), sabedoria. Ainda nos dias de hoje é muito comum ouvir que Fulano é uma pessoa culta, enquanto Sicrano não tem cultura, é um ignorante. Parece que a cultura pode ser medida a partir do grau de sofisticação e polimento. E ter cultura é bom. Não ter cultura é ruim. Assim, a cultura pode ser usada como instrumento de discriminação de um grupo em detrimento do outro, fato este comum quando se tratam de etnias, idades e sexo diferentes. A sociedade europeia é muito culta, enquanto os indígenas sul-americanos são primitivos; os homens sempre leram muito – têm cultura -, as mulheres nunca o fizeram – são incultas; os brancos têm muito conhecimento e sabedoria, os negros são um grupo social culturalmente atrasado. Quantas vezes tais ideias foram reproduzidas? Qual o grau de influência e dominação contido em tais afirmativas?

Analisando como ocorrem as relações de trabalho, por exemplo, em que empregador atua com seu poder diretivo sobre o empregado, o qual labora sob dependência financeira, constata-se que além dos aspectos econômicos existem outros fatores de subordinação. Tais fatores baseiam-se em situações de dominação de classe – detentores do capital exploram a força produtiva dos vendedores da sua força